

JUCESP
24 01 23



JUCESP PROTOCOLO
0.152.906/23-0



247

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA

REAL PRIVATE SECURITIZADORA S.A.

DATA HORA E LOCAL: Aos 22 de Novembro de 2022, às 10:00 horas, na rua Siqueira Campos, 699, 5º andar, salas 57 e 58, Centro, Presidente Prudente-SP, CEP 19.010-061, a qual servirá de sede para a sociedade que ora se constitui,

PRESENÇA: A totalidade dos acionistas fundadores da sociedade representando a totalidade dos subscritores do Capital Social, conforme assinaturas apostas no Livro de registro de Presença de Acionistas.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a comprovação da convocação prévia desta Assembléia pela imprensa, conforme facultado pelo §4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76.

COMPOSIÇÃO DA MESA: A totalidade dos acionistas fundadores e subscritores do capital da **REAL PRIVATE SECURITIZADORA S.A.**, que são: **LUBIANJO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Jorge Tibiriçá, 2728, 7º andar, sala 72-B, centro, CEP 15.010-050, São José do Rio Preto – SP, com CNPJ sob o nº 029.010.078/0001-79, **NIRE nº 35230787401**, neste ato representada por seu administrador, **SR. DAVID JOSÉ DA ROCHA DATTOLO**, brasileiro, empresário, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 312.316.978-22, RG nº b441180759, residente e domiciliado na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 4.001, Eco Village II, São José do Rio Preto – SP, CEP 15.093-215, **GUIA ASSET PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Dona Elisa de Moraes Mendes, nº 290, sala 02, Vila Madalena, CEP 05449-000, São Paulo- SP, com CNPJ sob o nº 08.695.510/0001-32, **NIRE nº 35.221.058.876**, neste ato representada por seus administradores, **SRS. JOSÉ HENRIQUE FLORESI GUIZARDI**, brasileiro, empresário, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 132.801.318-98, RG nº 178178767, SSP/SP, residente e domiciliado na rua Pascoal Vita, nº 336, apto 41, residente e 336, apto 41, Vila Beatriz, CEP 05445-000, São Paulo-SP e **ROBERTO FLORESI GUIZARDI**, brasileiro, empresário, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 251.192.518-46, RG N°17.817.8779, SSP/SP, residente e domiciliado na rua

1

Esta página é parte integrante da Ata de Assembléia Geral de Constituição da Sociedade Anônima REAL PRIVATE SECURITIZADORA S.A.

JUCESP
24 01 23

José de Vicente Ayello 7-70 , Via Benini 133 – cs 171, Cond Tivoli, Bauru/SP, CEP 17.053-101, **CELMIR LUIZ NORBIATO**, brasileiro, empresário, casado, CPF nº 045.978.178-24, RG nº 13.258.261, SSP/SP, residente e domiciliado a rua José Henrique Bugalho filho, nº 77, Parque Residencial Damha, Presidente Prudente -SP, CEP 19.053-690, **ROBERTO CARLOS ALVES BONILHA**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 063.357.098-21, RG nº 15.331.918, SSP/SP, residente e domiciliado a rua residente e domiciliado a rua João Fernandes, nº 194, Dahma I, Presidente Prudente/SP, CEP 19.053-715, **JEFFERSON DOS SANTOS PRATES**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 069.798.428-11, RG nº 20.374.603-X, SSP/SP, residente e domiciliado a rua José Medina Rodrigues, nº 108, Jardim Novo Bongiovani, Presidente Prudente/SP, CEP 19.026-670, **ELLEN GISLAINE LEITE**, brasileira, divorciada, empresaria, CPF nº 384.898.348-65, RG nº 46.183.854, SSP/SP, residente e domiciliada a rua Siqueira Campos nº 690, apto 24, centro, Presidente Prudente/SP, CEP 19.010-061, **ROSANGELA APARECIDA DINIZ**, brasileira, empresária, solteira, CPF nº 774.338.318-00, RG nº 8.811.055-2 SSP/SP, residente e domiciliada a rua Mário Veronese, nº 423, Residencial Jardim Márcia, São José do Rio Preto/ SP, CEP: 15.061-809 e **VGR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Jorge Tibiriçá, nº 2.728, 10º andar, sala 102-A, CEP 15010-050, São José do Rio Preto - SP, com CNPJ sob o nº 28.835.632/0001-94, **NIRE nº 35.230.743.268**, neste ato representada por seu administrador, **Sr. CLÁUDIO GIULLIANO CHIMATTI**, brasileiro, casado, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 215.602.658-09, RG nº 30.037.158-5, SSP/SP, residente e domiciliado na rua Francisco Marques de Mendonça Filho, nº 150, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto/SP, CEP 15.093-387, conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença, conferido este com o Boletim de Subscrição. Assumiu a presidência **CELMIR LUIZ NORBIATO**, que convidou, **ROBERTO CARLOS ALVES BONILHA**, para secretariar a reunião.

ORDEM DO DIA: 01 – Constituição de uma companhia de capital fechado, leitura, discussão e aprovação do estatuto; **02** – Subscrição e forma de integralização das ações; **03** – Eleição de sua diretoria e respectiva remuneração; **04** – Deliberar sobre outros interesses da companhia.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente comunicou ter, em mãos, o projeto do estatuto social, já do conhecimento de todos e, cujo teor, por mim foi lido a

2

Esta página é parte integrante da Ata de Assembléia Geral de Constituição da Sociedade Anônima REAL PRIVATE SECURITIZADORA S.A.

JUCESP
24 01 23

todos os presentes, que segue em apenso devidamente assinado, fazendo parte integrante e inseparável desta ata, constituindo os dois instrumentos num todo, único e indivisível.

DELIBERAÇÕES: Após a leitura do estatuto, que segue em apenso, os Acionistas Fundadores deliberaram unanimemente:

1. Constituição de sociedade anônima: aprovar a constituição da **REAL PRIVATE SECURITIZADORA S.A.**

2. Subscrição de Ações e Integralização do Capital Social subscrito: A Assembleia deliberou que o capital será de 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada ação, ficando o capital social no importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Os Acionistas Fundadores realizam a parcela de 10% (dez por cento) do Capital Social subscrito na forma prevista no Boletim de Subscrição que passa a integrar esta ATA, nos termos do inciso II do art. 80 da Lei 6.404/76, e o saldo a ser integralizado num prazo de 90 (noventa) dias da assinatura da presente, sempre em moeda corrente nacional para todos os fins de direito, como ANEXO II. O Secretário leu o comprovante de depósito do capital integralizado em moeda corrente, cuja cópia passa a integrar esta ATA, para todos os fins de direito, como ANEXO III.

3. Aprovação do Estatuto Social: Aprovar por unanimidade o projeto de Estatuto Social lido pelo Secretário, o qual passa a integrar esta ATA, para todos os fins de direito, como ANEXO IV.

4. Eleição da Diretoria: Eleger os membros para compor a Diretoria, com mandato de 3 (três) anos:

4.1 Diretor Presidente: **CELMIR LUIZ NORBIATO**, brasileiro, empresário, casado, CPF nº 045.978.178-24, RG n 13.258.261, SSP/SP, residente e domiciliado a rua José Henrique Bugalho filho, nº 77, Parque Residencial Damha, Presidente Prudente -SP, CEP 19.053-690.

4.2 Diretores sem designação especial: **ROBERTO CARLOS ALVES BONILHA**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 063.357.098-21, RG nº 15.331.918, SSP/SP, residente e

3

Esta página é parte integrante da Ata de Assembléia Geral de Constituição da Sociedade Anônima REAL PRIVATE SECURITIZADORA S.A.

JUCESP
24 01 20

domiciliado a rua João Fernandes, nº 194, Dahma I, Presidente Prudente/SP, CEP 19.053-715 e **JEFFERSON DOS SANTOS PRATES**, brasileiro, empresário, casado sob regime de comunhão parcial de bens, CPF nº069.798.428-11, RG nº 20.374.603-X, SSP/SP, residente e domiciliado a rua José Medina Rodrigues, nº 108, Jardim Novo Bongiovani, Presidente Prudente/SP, CEP 19.026-670.

5. Remuneração da Diretoria: Cada membro da Diretoria fará jus à remuneração anual global mínima de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), vigendo este valor até posterior deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, este valor deverá ser distribuído igualmente entre seus administradores.

6. Declaração de Desimpedimento: Os Diretores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a Administração da sociedade, por lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob efeito dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como, não foram declarados inabilitados por Ato de Comissão de Valores Mobiliários.

7. Conselho Fiscal: Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o estatuto, assim o permitem.

8. Publicações: Os Acionistas Fundadores deliberaram, ainda, que qualquer um dos Diretores eleitos poderá realizar as publicações legais e efetuar os registros e anotações fiscais, tributárias e administrativas, a representar a companhia perante qualquer pessoa física ou jurídica, podendo, inclusive, nomear para este fim, procurador par a realização desses procedimentos.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o presidente da Assembleia Geral da Constituição declarou constituída a presente companhia, sendo suspensos os trabalhos pelo tempo à lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, declarando os firmatários ser a presente Ata

4

Esta página é parte integrante da Ata de Assembléia Geral de Constituição da Sociedade Anônima REAL PRIVATE SECURITIZADORA S.A.

JUCESP
24 01 23

cópia fiel daquela lavrada em livro próprio, foi por todos os presentes assinada e rubricada em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Presidente Prudente/SP, 22 de Novembro de 2022.

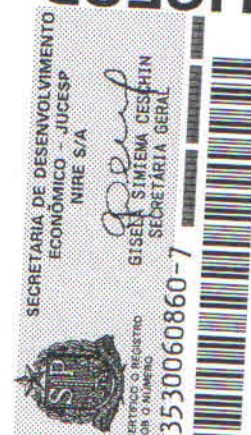
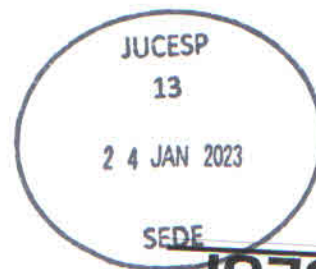
CELMIR LUIZ NORBIATO
Presidente da Assembléia Geral de Constituição
Diretor Presidente
Acionista Subscritor

ROBERTO CARLOS ALVES BONILHA
Secretário da Assembléia Geral de Constituição
Diretor sem designação especial
Acionista Subscritor

LUBIANJO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
DAVID JOSÉ DA ROCHA DATTOLO
Acionista Subscritor

GUIA ASSET PARTICIPAÇÕES LTDA.
JOSÉ HENRIQUE FLORESI GUIZARDI
Acionista Subscritor

GUIA ASSET PARTICIPAÇÕES LTDA.



JUCESP
20 01 20

ROBERTO FLORESI GUIZARDI
Acionista Subscritor

JEFFERSON DOS SANTOS PRATES
Acionista Subscritor


ELLEN GISLAINE LEITE
Acionista Subscritora

ROSANGELA APARECIDA DINIZ
Acionista Subscritora


VGR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
CLAUDIO GIULLIANO CHIMATTI
Acionista Subscritor

Alexandre Fuchs das Neves
Advogado
CPF 511.738.750-34
OAB/RS 30.060

Testemunhas:



Katia Regina Maywald
CPF 966.911.828
RG 13.298.547-0



Aline Franciele dos Anjos Viana
CPF 390.656.378-26
RG 47.133.957-X





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: QTSS7-64EH9-HF872-A4KEL

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

CELMIR LUIZ NORBIATO (CPF 045.978.178-24)
ROBERTO CARLOS ALVES BONILHA (CPF 063.357.098-21)
DAVID JOSE DA ROCHA DATTOLO (CPF 312.316.978-22)
JOSE HENRIQUE FLORESI GUIZARDI (CPF 132.801.318-98)
ROBERTO GUIZARDI (CPF 251.192.518-46)
JEFFERSON DOS SANTOS PRATES (CPF 069.798.428-11)
ELLEN GISLAINE LEITE (CPF 384.898.348-65)
ROSANGELA APARECIDA DINIZ (CPF 774.338.318-00)
CLAUDIO GIULLIANO CHIMATTI (CPF 215.602.658-09)
Alexandre Fuchs das Neves (CPF 511.738.750-34)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/QTSS7-64EH9-HF872-A4KEL>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>

REAL PRIVATE SECURITIZADORA S.A.

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração:

Art. 1º- Sob a denominação de **REAL PRIVATE SECURITIZADORA S.A.**, fica constituída uma sociedade anônima que se regerá por este estatuto e pela legislação vigente que for aplicável.

Art. 2º- A sociedade terá por sede administrativa e foro jurídico o endereço na rua Siqueira Campos, 699, 5º andar, salas 57 e 58, Centro, Presidente Prudente-SP, CEP 19.010-061, sendo-lhe facultado abrir filiais, sucursais, agências, escritórios, em qualquer parte do território nacional, ou fora dele, por deliberação da Diretoria.

Art. 3º- O objeto da sociedade consiste, especificamente na securitização de recebíveis empresariais, assim considerados: *a) a aquisição e a securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial, locação, financeiros, inclusive CCB – Cédula de Crédito Bancário, e de prestação de serviços, que sejam passíveis de securitização; b) a aquisição e a alienação de títulos de crédito; c) a emissão e a colocação privada de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios mercantis, do agronegócios, imobiliários, Certificados de Registro e Nota Comercial; d) a emissão, a recompra, a revenda ou o resgate de valores mobiliários, e) a cessão e a requisição de direitos creditórios; f) a prestação de garantias para os valores mobiliários por ela emitidos.*

Art. 4º- O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

Capítulo II - Do Capital, Ações e das Debêntures:

Art. 5º- O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) dividido em 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

JUCESP
24 01 20

§1º. A sociedade poderá emitir títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cauteladas que as representem, observando o disposto nos artigos 24 a 26 da Lei nº 6.404/76.

§2º. As ações, os títulos múltiplos, ou as cauteladas serão escriturais e controladas no livro próprio de ações nominativas e quando emitidas, serão assinadas pelo Diretor Presidente, juntamente com outro Diretor ou 02 (dois) Diretores em conjunto.

§3º. A companhia poderá, também, emitir debêntures conversíveis, ou não, em ações e ainda certificados de debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado, os quais também serão escriturais e controladas no livro próprio, e quando emitidos, serão assinados sempre em conjunto de duas assinaturas, observado o disposto no Capítulo V, da Lei 6.404/76.

Art. 6º- Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Art. 7º - No caso da venda de ações nominativas, os acionistas terão preferência em relação a terceiros, em igualdade de condições.

Art. 8º - O capital social poderá ser aumentado, possuindo os acionistas o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assembleia que deliberou o aumento, para o exercício do seu direito de preferência na subscrição das ações.

Parágrafo Único: Havendo a desistência expressa ou passagem do prazo referido no caput deste artigo, a preferência para subscrição das ações correspondentes será transferida aos demais acionistas, observada a proporcionalidade do capital subscrito.

Capítulo III - Da administração da Sociedade:

Art. 9º - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 03 (três) acionistas, residentes e domiciliados no país, sendo: Um Diretor Presidente e 02 (dois) Diretores sem designação especial, que serão eleitos por um período de 03 (três) anos cujos mandatos terminarão sempre na Assembléia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício da sua gestão.

24 01 23

§1º. Os Diretores poderão ser reeleitos e a investidura no cargo será feita por termo lavrado e assinado pelo respectivo diretor, no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria", independentemente de qualquer caução, ou garantia de sua gestão.

§2º. Os Diretores poderão receber remuneração, a título de pró-labore, o qual será fixado anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, considerando a responsabilidade e o tempo exigido pelo cargo, competência e reputação do profissional eleito, assim como, poderá ser deliberada também por esta assembléia a possibilidade de distribuição de lucro antecipado para os acionistas.

Art. 10 - Compete à Diretoria os mais amplos poderes de gestão, representação e administração da sociedade, necessários a que se realize integralmente o objeto social, obedecidas, na ordem, as disposições deste Estatuto e, no que não o contrariarem, as determinações do art.144 da Lei 6404/76 e, dentro das atribuições conferidas a cada um de seus membros por este Estatuto Social: a) fixar a orientação geral da Companhia; b) representar a Companhia em juízo ou fora dele; c) praticar todos os atos formais de gestão e necessários ao regular funcionamento da Companhia e exercer a supervisão e coordenação das atividades sociais; d) admitir e demitir empregados; e) constituir procuradores ou mandatários para fins judiciais e negociais.

Parágrafo Único: Os poderes para onerar, adquirir e alienar bens móveis e imóveis da sociedade que, individual ou coletivamente, representem 10% (dez por cento) ou mais do patrimônio líquido apurado no balanço patrimonial, somente poderão ser exercidos pelo Diretor Presidente ou por este outorgado a terceiros, mediante prévia, expressa e escrita autorização dos Acionistas, no próprio documento ou em ato apartado.

Art. 11 - Compete ao Diretor Presidente a representação e administração da sociedade, dentre eles o de: a) Definir os planos gerais da sociedade, podendo outorgar produção ad negociata pelo prazo máximo de 3 anos e com poderes específicos; b) Representar judicial e extrajudicialmente a sociedade, recebendo citações iniciais, notificações e intimações e outorgamento procurações ad judicia por prazo indeterminado; c) Convocar e presidir as Assembléias Gerais e Reuniões da Diretoria; d) Ordenar o levantamento de balancete mensal, e com base neste, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, tudo dentro do limite legal; e) exercer a supervisão geral da

DUPLICATA
2013

política administrativa e operacional da Companhia; f) fixar as atribuições do Diretor sem designação especial; g) onerar, adquirir e alienar bens móveis e imóveis da sociedade até o limite imposto no art. 10, parágrafo único e) substituir o Diretor Vice-Presidente e o Diretor sem designação especial, em suas ausências ou impedimento temporário.

Art. 12 - Aos Diretores sem designação especial competem substituir e praticar os mesmos atos do Diretor Presidente, quando este estiver ocasional ou eventualmente ausente ou impedido, ou ainda, quando comunicar que se ausentará e, efetivamente, ausentar-se por um período não ocasional ou eventual, onde nestes casos deverá, no comunicado, convocar um Diretor sem designação especial para assumir o seu cargo e ainda: a) Definir e implementar a política comercial da empresa; b) Manter-se permanentemente informado sobre o mercado para os produtos da empresa e sua tendência; c) Acompanhar as práticas da concorrência a fim de estabelecer bases para sua política comercial.

Parágrafo Único: Compete ao Diretor Presidente, ainda, isoladamente, praticar todos os atos de competência do Diretor sem Designação Especial, poderes estes relacionados no art. 13.

Art. 13 - Ao Diretor sem designação especial compete ainda, individualmente: a) Ter sob sua responsabilidade os departamentos de administração, contabilidade e custos, compras, pessoal e de acionistas; b) Firmar correspondências, requerimentos e petições dirigidas a repartições públicas Municipais, Estaduais e Federais, bem como Autarquias e Empresas de Economia Mista; c) Representar a empresa perante empresas de fornecimento de água, luz, telefone, bem como em reuniões de condomínio e sindicatos; d) Contratar e demitir empregados, fixando os seus salários e) Coordenar a implementação dos planos gerais da política financeira da empresa; f) Manter-se permanentemente informado sobre o mercado para os produtos da empresa e sua tendência; g) Firmar compromissos e contratos; h) Assinar todos e quaisquer documentos, públicos ou particulares; i) Abrir, movimentar ou encerrar contas-corrente junto às instituições financeiras, públicas ou privadas, emitir e endossar cheques, notas promissórias, ou títulos de crédito, descontar duplicatas, cheques ou títulos; j) Ordenar pagamentos, requerer saldos, extratos, talões de cheques, autorizar ou ordenar aplicações financeiras, ordenar títulos de crédito para protesto, assinar cartas de anuência para cancelamentos de protestos.

Art. 14 - Compete ao Diretor Presidente e ao Diretor sem designação especial sempre em conjunto de dois: a) A emissão de ações da companhia; b) Firmar



2012

as cautelas de debêntures, quando emitidas; c) Outorgar procurações e nomear representantes, devendo estipular os poderes conferidos e, com exceção das procurações "ad-judícia", terão período de validade que não poderá exceder ao período do mandato da Diretoria; d) Alienar, onerar ou hipotecar, gravar ou dar em garantia bens sociais; e) Contrair, em nome da sociedade, empréstimos e financiamentos; f) A assinatura de atos e documentos que importem na assunção de obrigações, aceite, aval, compra e venda de ações e quotas; g) Receber valores e dar quitações.

Parágrafo único: O Diretor Presidente, em suas ausências e/ou impedimentos eventuais, será substituído pelo Diretor sem designação especial.

Art. 15 - Fica expressamente vedado o uso ou emprego da denominação social em avais, fianças, aceites e endosso de mero favor, ou outros documentos estranhos aos interesses sociais, sendo nulos de pleno direito se assim o praticarem sem prévia, expressa e escrita autorização dos Acionistas no próprio documento ou em separado.

Parágrafo Primeiro: É vedado ao administrador conceder avais, endossos e cauções em favor de terceiros e o uso do nome da sociedade em negócios particulares. Serão considerados nulos de pleno direito, e de responsabilidade exclusiva e pessoal do administrador, os atos praticados e/ou compromissos assumidos em nome da sociedade, com a não observância do caput e parágrafos desta cláusula.

Parágrafo Segundo: É vedado: (I) a contratação de empréstimo bancário de qualquer natureza com garantia de contrato, nota promissória, ou mesmo conta garantida com garantia de recebíveis (duplicatas, cheques etc.), bem como cheque especial, leasing, CDC e qualquer outro tipo de financiamento, somente sendo permitido com assinatura dos acionistas que constituam no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social. (II) é vedada a contratação de serviços de terceiros pelos administradores; tornando invalido o contrato que não contiver a assinatura dos acionistas totalizando $\frac{3}{4}$ do capital social; (III) fica vedada a alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis que integrem o ativo imobilizado da sociedade, bem como alienação de quaisquer bens recebíveis (duplicatas ou notas promissórias ou cheques) que integrem o ativo circulante sendo somente permitida com assinatura dos acionistas que constituam no mínimo $\frac{3}{4}$ do capital da empresa.

DUCESP
24 01 20

Parágrafo Terceiro: Serão considerados nulos de pleno direito, e de responsabilidade exclusiva e pessoal dos acionistas recalcitrantes, os atos praticados e/ou compromissos assumidos em nome da sociedade, com a não observância do caput e parágrafos desta cláusula.

Capítulo IV - Do Conselho Fiscal:

Art. 16 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, o qual será instalado pela Assembléia Geral somente a pedido de Acionistas, nas condições legais, composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 17 - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá atribuições e poderes que a lei lhe confere.

Art. 18 - Os membros efetivos do Conselho Fiscal farão jus à remuneração no período em que instalado, estejam no efetivo exercício da função.

Art. 19 - No impedimento pelo suplente mais votado e em caso de empate, pelo mais idoso.

Capítulo V - Da Assembléia Geral:

Art. 20 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, para tomar as contas da Diretoria, discutir e votar as demonstrações financeiras; discutir e votar o parecer do Conselho Fiscal, quando instalado; deliberar sobre a destinação de lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos. E, eleger membros da Diretoria, quando for o caso.

Art. 21- A Assembléia Geral será extraordinariamente instalada sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas.

Art. 22 - A Assembléia Geral será instalada por convocação do Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por outro Diretor, e será dirigida por um Presidente aclamado entre os presentes, o qual escolherá o Secretário.

2023
24 01 20

Art. 23 - As resoluções da Assembléia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando, no cálculo, os votos em branco, excetuando-se os casos em que a Lei exigir maioria qualificada.

Art. 24 - A convocação da Assembléia Geral será feita na forma prevista no art. 294, Inciso 1 da Lei 6.404/76.

Capítulo VI - Do Exercício Social e dos Resultados :

Art. 25 - Ao final de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á o levantamento do balanço patrimonial da sociedade e das respectivas demonstrações financeiras previstas em lei.

Art. 26 - O lucro líquido apurado no encerramento do exercício social, depois de deduzidas as amortizações e provisões previstas em lei, será distribuído da seguinte forma: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, bem como poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas do capital exceder 20% (vinte por cento) do capital social; b) 5% (cinco por cento) no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, ressalvada a hipótese de adiantamento do pagamento dos dividendos obrigatórios, quando os mesmos poderão ser pagos durante o exercício; c) O saldo ficará a disposição da Assembléia Geral, convocada para decidir sobre a sua respectiva destinação.

Parágrafo Único: Não havendo oposição de qualquer acionista presente à Assembléia Geral, pode esta deliberar a distribuição de dividendo inferior neste artigo, bem como a retenção de todo o lucro.

Art. 27 — A Diretoria é facultado providenciar o levantamento de balanços mensais, podendo ela declarar e deliberar, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.

Parágrafo Único: A companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital do que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da lei 6.404/76.

Capítulo VII - Da Liquidação da Sociedade:

2022
24 01 20

Art. 28 - A sociedade será dissolvida nos casos previstos pela Lei em vigor, mediante a Assembléia Geral dos Acionistas, a qual designará o liquidante e o Conselho Fiscal, sendo que este funcionará somente na ocorrência de pedido dos acionistas.

Capítulo VIII - Disposições Gerais e Transitórias:

Art. 29 - As questões omissas nos estatutos serão resolvidas de acordo com o disposto na Lei 6.404/76 e demais legislações em vigor. E depois de tudo lido, compreendido e aceito, conforme se verifica na Ata de Constituição que faz parte integrante deste estatuto, os acionistas fundadores, acompanhados do advogado e das testemunhas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Presidente Prudente/SP 22 de Novembro de 2022.

CELMIR LUIZ NORBIATO

Presidente da Assembléia Geral de Constituição
Diretor Presidente
Acionista Subscritor

ROBERTO CARLOS ALVES BONILHA

Secretário da Assembléia Geral de Constituição
Diretor sem designação especial
Acionista Subscritor

LUBIANJO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.

DAVID JOSÉ DA ROCHA DATTOLO

Acionista Subscritor

GUIA ASSET PARTICIPAÇÕES LTDA.

JOSÉ HENRIQUE FLORESI GUIZARDI

Acionista Subscritor

JUCESP
24 01 20

GUIA ASSET PARTICIPAÇÕES LTDA.
ROBERTO FLORESI GUIZARDI
Acionista Subscritor

JEFFERSON DOS SANTOS PRATES
Acionista Subscritor

ELLEN GISLAINE LEITE
Acionista Subscritora

ROSANGELA APARECIDA DINIZ
Acionista Subscritora

VGR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
CLAUDIO GIULLIANO CHIMATTI
Acionista Subscritor

Alexandre Fuchs das Neves
Advogado
CPF 511.738.750-34
OAB/RS 30.060

Testemunhas:

Katia Regina Maywald
Katia Regina Maywald
CPF 966.911.828-04
RG 13.298.547-0

Aline Franciele dos Anjos Viana
Aline Franciele dos Anjos Viana
CPF 390.656.378-26
RG 47.133.957-X



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 3KJ2H-9L582-ZDGBM-VGSMG

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador Registro de Imóveis, pelos seguintes signatários:

CELMIR LUIZ NORBIATO (CPF 045.978.178-24)

ROBERTO CARLOS ALVES BONILHA (CPF 063.357.098-21)

DAVID JOSE DA ROCHA DATTOLO (CPF 312.316.978-22)

JOSE HENRIQUE FLORESI GUIZARDI (CPF 132.801.318-98)

ROBERTO GUIZARDI (CPF 251.192.518-46)

JEFFERSON DOS SANTOS PRATES (CPF 069.798.428-11)

ELLEN GISLAINE LEITE (CPF 384.898.348-65)

ROSANGELA APARECIDA DINIZ (CPF 774.338.318-00)

CLAUDIO GIULLIANO CHIMATTI (CPF 215.602.658-09)

Alexandre Fuchs das Neves (CPF 511.738.750-34)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/3KJ2H-9L582-ZDGBM-VGSMG>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate>